

Destaque Combate à covid-19

A Ómicron lançou o pânico? Nos políticos e nos mercados, sim. Nos cidadãos, nem por isso

Desconforto pela restrição de coisas que as pessoas davam por adquiridas e um grande cansaço. Muita incerteza. Estes são os sentimentos na sociedade face a mais uma variante e outra vaga

Clara Barata

Uma semana depois de ter sido revelada a variante Ómicron do coronavírus SARS-CoV-2, ainda não sabemos muito mais de concreto além das más notícias avançadas logo de início. Tem características genéticas que fazem temer que seja ainda mais eficaz a espalhar-se e parece haver um alto risco de reinfeções. Alguns administradores de empresas de biotecnologia fizeram declarações alarmadas – ou alarmistas – dizendo-se convencidos de que as mutações desta variante vão afectar a eficácia das suas vacinas ou tratamentos para a covid-19. Houve tombos nas bolsas, os cidadãos sofrem mais medidas de controlo e restrições de viagens impostas pelos governos – mas era inevitável esta reacção?

“Qualquer variante da covid-19 que possa aparecer vai ser sempre recebida com apreensão. A qualquer ameaça nova que apareça nós vamos reagir com medo, com apreensão”, diz ao PÚBLICO Américo Baptista, psicólogo clínico e especialista em Psicologia do Comportamento da

Universidade Lusófona de Lisboa. “Pense na sida. Quando apareceu, toda a gente reagiu com muito medo, como agora com o coronavírus. Mas, se pensarmos, hoje há um medo muito grande da sida? Já não há, porque é uma doença conhecida, tem décadas”, diz o psicólogo, obrigando-nos a pôr as coisas em perspectiva.

Mas podemos dizer que a Ómicron espalhou o pânico? Olhando para as múltiplas restrições às viagens provenientes e com direcção aos países da África Austral, e novas medidas impostas por vários países para tentar impedir que esta variante se espalhe, com casos a surgirem aqui e ali – 352 casos confirmados, reportados por 27 países até às 16h de 1 de Dezembro, diz um relatório do Centro Europeu de Controlo e Prevenção das Doenças (ECDC, na sigla em inglês), 70 dos quais em 13 países europeus –, pode-se ter a tentação de dizer que sim. Mas pode ser só uma impressão.

“Eu diria que não há indicadores concretos de pânico, o que me parece é que há uma cultura de comunicação que pode estar a ser mais alarmista, a gerar mais inquietação nas pessoas”, diz o psicólogo clínico

Oswaldo Santos, investigador do Instituto de Medicina Preventiva e Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, que tem colaborado com a *task force* de cientistas especialistas em comportamento que presta apoio ao Governo. “A informação a que as pessoas estão sujeitas diariamente é que pode traduzir-se em maior percepção de ameaça”, conclui.

José Manuel Mendes, coordenador do Observatório do Risco Osiris do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, corrobora essa análise. “Tem a ver com a forma como é comunicada a informação. Desde o início que a Organização Mundial de Saúde (OMS) tem pautado a sua estratégia de comunicação por um certo exagero – não é alarmismo, porque depois matiza, é a própria OMS que vem chamar a atenção que não se pode reagir com exagero. Mas é interessante que esta estratégia vem já desde a famosa gripe H1N1, de 2009, quando a senhora Margaret Chan [então directora da OMS] disse que iam morrer dez milhões de pessoas... É uma estratégia intencional, para



As pessoas estão cansadas por terem de viver num mundo que está mais limitado

maximizar a capacidade de resposta”, diz o investigador.

O lado positivo

No entanto, é preciso distinguir níveis distintos na resposta à Ómicron: o dos cidadãos comuns, o dos decisores políticos e o dos mercados. Foram os decisores e os mercados que reagiram de forma extremada. “Foi mais a classe política do que os cidadãos”, diz José Manuel Mendes. “Os actores económicos estão a jogar, é uma lógica de tentar tirar proveitos apostando contra determinados títulos. Agora as pessoas, os cidadãos, não reagiram da mesma forma. Aliás, as pessoas já nem estão muito mobilizadas para activarem todas estas medidas”, conclui.

A reacção dos cidadãos comuns “tem mais a ver com a antecipação de mecanismos de contenção social, que depois têm impacto económico”, diz Oswaldo Santos. “Há um efeito ao nível dos mercados, mas os números da pandemia já estavam a aumentar, por isso a culpa até nem será da Ómicron, ou será apenas uma variável. Mas a minha perspectiva é que a comunicação social acaba por pesar...”, afirma.

“**É importante que as pessoas mantenham uma percepção de risco que as mobilize para comportamentos de segurança ou de protecção em relação à covid**”

Oswaldo Santos
Psicólogo clínico



BIANCA DE MARCHI/EPA

isto seja uma coisa boa, mas esta apreensão perante a novidade tem um efeito benéfico nas pessoas que as levou a ter mais medo e a ter mais cuidado”, sublinha Américo Baptista. “O desconhecimento perante a novidade desencadeia as reacções de medo, de ansiedade, mas tem um efeito positivo de aumentar os comportamentos de protecção.”

Oswaldo Santos corrobora este lado positivo: “É importante que as pessoas mantenham uma percepção de risco que as mobilize para comportamentos de segurança ou de protecção em relação à covid, como a distância física, o uso de máscara, a ventilação dos espaços fechados”.

Mas o momento em que as pessoas estão com medo não é o ideal para fomentar novos hábitos. “Nas alturas de ameaça, habitualmente aprendemos pouco, porque temos medo e a nossa atenção fica concentrada na ameaça”, afirma Américo Baptista.

Onde as autoridades de saúde estão a falhar é que as campanhas educativas para o uso da máscara, por exemplo, deviam ser feitas nos momentos de relativa acalmia. “Só temos estes cuidados preventivos na altura em que existe ameaça. Quando a ameaça abranda, são descurados. A prevenção não se pode fazer pelo medo. A informação tem que ser dada quando estamos tranquilos. É exactamente o contrário do que estamos a fazer”, afirma.

“Como é aquela coisa?... Só nos lembramos de Santa Bárbara quando troveja?... Temos de nos lembrar de Santa Bárbara quando não há trovoada. Não há mudança comportamental quando estamos cheios de medo. Até me faz impressão o modo como isto tem sido gerido. Nós andamos a funcionar como o vírus: se se está a expandir, dizemos ‘ai que desgraça!...’ Se o vírus se acalma, toda a gente vai para os restaurantes. Não. Devia haver normas gerais, independentemente do momento”, recomenda o psicólogo.

Por ora, então, não há propriamente um grande receio na sociedade por causa da Ómicron. “O que há, acima de tudo, é o desconforto pela sensação de restrição de coisas que as pessoas davam por adquiridas. E há muito cansaço”, diz Oswaldo Santos.

“Não vejo tanto que seja o medo do vírus, mas o cansaço estará seguramente mais associado a um mundo que está mais limitado do que aquilo que conhecíamos, e isso é muito penoso. E, depois, a incerteza em relação ao futuro. E esta narrativa associada de uma economia que não sabemos bem o que vem aí – embora os indicadores de economia parece que até não são assim tão maus –, mas a verdade é que muitas pessoas perderam o emprego, muitas ficaram com empregos reduzidos. Aqui há um receio, uma incerteza, e nós vivemos mal com a incerteza”, lembra o psicólogo. “A resiliência desgasta-se, ninguém tem uma resiliência infinita.”

Fronteiras

UE reagiu com exagero e descoordenação e Portugal não foi excepção

Clara Barata

Fazem sentido as restrições impostas pelos Governos após ter sido identificada a variante Ómicron, que deixaram vários países da África Austral sem voos para muitos destinos no mundo, por exemplo?

“Parece-me claro o exagero injustificado em relação às consequências da nova variante e a reacção de muitos dos Governos europeus. Deviam ter aguardado dois ou três dias para ouvirem os especialistas e avaliarem a possível gravidade da variante antes de avançarem com as restrições nas fronteiras”, disse ao PÚBLICO, por email, Vasco Gonçalves, especialista na avaliação e gestão de riscos ambientais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

“A lição para o futuro só deverá ser uma: actuar antecipadamente, com precaução, com base na melhor informação científica disponível em cada momento, procurando não comprometer a saúde pública e ao mesmo tempo evitar limitar as actividades económicas e sociais. Para isso haverá que tomar medidas de precaução, de que são exemplos o uso de máscaras e a realização de testes”, concluiu Vasco Gonçalves.

José Manuel Mendes, coordenador do Observatório do Risco Osiris do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, diz que o Governo português teve o que classifica como uma “sobre-reacção”, uma reacção exagerada, ao decretar o estado de calamidade.

“Ninguém mais decretou estado de calamidade na Europa”, afirma o investigador de Coimbra. Mas é revelador do problema de que padece a União Europeia, que é uma falta de coordenação das políticas sanitárias. “Como a UE não tem uma política de saúde única, tem sofrido muito disto – é aquilo a que eu chamo ‘nacionalismo sanitário’. Antes, chamava-se soberania de saúde pública, mas agora acho que é mesmo uma questão de nacionalismo”, considera.

O problema não afecta apenas Portugal, obviamente. Pode chegar-se ao cúmulo de haver várias políticas sanitárias dentro de um mesmo país, diz José Manuel Mendes. Dá o exemplo da Alemanha, país onde passou algum tempo recentemente, e está a viver uma forte onda de covid-19. “Tem-se 16 Estados federados, e cada um tem a sua política. Em Brandeburgo, onde eu estava,

não há feiras de Natal. Mas se apinhar o comboio, em 20 minutos está em Berlim e há feiras de Natal. E as pessoas utilizam isto estrategicamente”, descreve.

“Se a UE tomasse uma decisão comum de fechar fronteiras a determinados países, ou activar o estado de calamidade de forma integrada entre os Estados-membros, aí teria sentido e as pessoas perceberiam”, diz.

Portugal, ao exigir testes a quem passa a fronteira – para além do certificado digital europeu, que deveria isentar os viajantes de mais provas do seu estado de saúde –, estará a pensar nas viagens dos emigrantes, e mesmo dos imigrantes que cá vivem, sublinha José Manuel Mendes. Mas isso valeu “um raspanete da Comissão Europeia ao nosso Governo”, frisa.

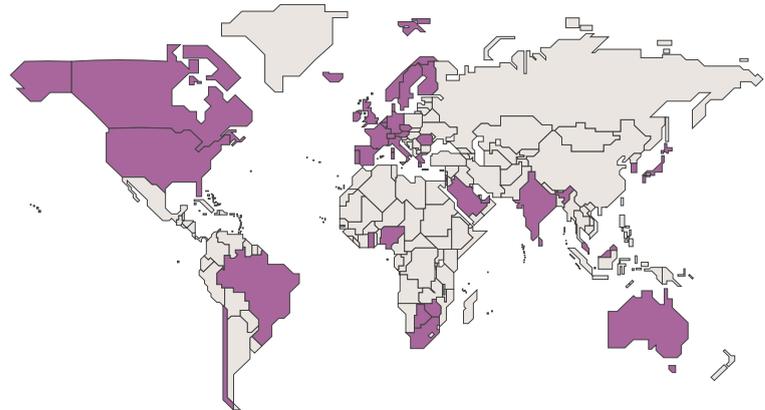
“Temos emigrantes que vêm da Venezuela, da África do Sul, da Alemanha, da França, da Suíça, de Moçambique. E temos um fluxo de migrantes de outros países europeus. Mas isto podia ter sido dito, para se perceber porque é que o Governo tomava as medidas”, considera.

“O que fica é uma sensação de que a UE não existe, que é tudo *ad hoc*. É perigoso que um Governo possa fazer isto sem sanções. Não podemos estar dependentes do Centro Europeu para o Controlo e Prevenção das Doenças para a definição das medidas, da Agência Europeia de Medicamentos para a acreditação de vacinas, e depois na política concreta é cada um por si”, sublinha José Manuel Mendes.



Muitos países impuseram novas restrições de circulação

Países aonde a Ómicron já chegou



África do Sul; Alemanha; Arábia Saudita; Austrália; Áustria; Bélgica; Botswana; Brasil; Canadá; Chile; Coreia do Sul; Dinamarca; EAU; Espanha; EUA; Finlândia; França; Gana; Grécia; Hong Kong; Índia; Irlanda; Islândia; Israel; Itália; Japão; Malásia; Nigéria; Noruega; Países Baixos; Portugal; Reino Unido; República Checa; Roménia; Singapura; Sri Lanka; Suécia; Suíça; Zimbábwe

Fonte: Organização Mundial de Saúde

PÚBLICO

Por exemplo, ao não se dizer claramente quem são as pessoas que estão a morrer com a covid-19 hoje em dia. “Se formos olhar quem está a morrer, são pessoas com co-morbilidades, o que afecta mais as idades avançadas, e pessoas que não foram vacinadas. Ponto final. As proporções são completamente desiguais nestes grupos.

Era importante transmitir isso às pessoas, porque promovia a vacinação...”, explica Oswaldo Santos.

Este sentimento de que há uma nova ameaça não é completamente negativo, quando estamos no meio de uma pandemia. “Se reparar, nos últimos dias anda mais gente de máscara na rua. Não podemos dizer que